



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

reveedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Gordon, Colin

Governamentalidade e a genealogia da política

Educação e Pesquisa, vol. 39, núm. 4, octubre-diciembre, 2013, pp. 1049-1065

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29830063015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Governamentalidade e a genealogia da política^{I, II}

Colin Gordon^{III}

Resumo

O artigo oferece uma série de reflexões a respeito de uma fase dos trabalhos de Michel Foucault e de alguns de seus colaboradores apresentada no volume *The Foucault effect: studies in governmentality* (1991), coeditado pelo autor. Tais reflexões se organizam em três partes. Primeiro, há uma revisão de alguns aspectos das aulas de Foucault sobre *governamentalidade* que, por diferentes razões, foram deixados de lado quando o livro foi publicado. Em seguida, faz-se um balanço de temas importantes que, embora presentes no livro, não receberam suficiente atenção dos leitores. Finalmente, no eixo que ocupa a maior parte do artigo, examinam-se as últimas discussões de Foucault a respeito do que o autor denomina *múltiplos nascimentos da política*, a fim de demonstrar a continuidade da pertinência do empreendimento foucaultiano nos anos 1970, tornado possível devido à noção de governamentalidade, ao mesmo tempo tão estranha e operacional. Tal atualidade é indicada não somente pelo incremento dos estudos sobre governamentalidade após o aparecimento dos cursos que Foucault deu no Collège de France, mas principalmente pelos dilemas e aporias que a cultura política em que estamos mergulhados nos trouxe. Nesse sentido, o artigo se encerra com uma espécie de agenda de pesquisa para dar continuidade ao trabalho inacabado de Foucault, uma agenda que nos convida a aprofundar nossa compreensão das relações entre a filosofia crítica, a racionalidade política e a cultura política, compreendidas como um conjunto de formas de conduta e de sociabilidade, modos de vida e estilos de subjetivação e dizer verdadeiro.

Palavras-chave

Governamentalidade – Michel Foucault – Cultura política – Demagogia.

I- Texto originário de palestra apresentada em congresso realizado no Birkbeck College, University of London, em 3 e 4 de junho de 2011, com o objetivo de refletir sobre os 20 anos de publicação do volume *The Foucault effect: studies on governmentality*. (N. da R. T.)

II- Tradução de Marta Kohl de Oliveira e revisão técnica de Fabiana Jardim.

III- Oxford University, Oxford, Inglaterra; Royal Brompton Hospital, Londres, Inglaterra.
Contato: colinngordon@aol.com

Governmentality and the genealogy of politics^I

Colin Gordon^{II}

Abstract

*The article offers a series of reflections on the presentation of a phase of work by Michel Foucault and some of his co-researchers in the volume *The Foucault Effect: studies in governmentality* (1991), co-edited by the author. These reflections fall into three parts. First, there is a review of some important aspects of Foucault's 'governmentality' lectures that, due to different reasons, were left aside when the book was published. Second, there is the account of important themes that, although presented in the book, have not received so much consideration from the readers. And last, in the axis that occupies the greater part of the article, the author examines Foucault's later discussions of what Gordon calls "the multiple births of politics", in order to show the continuing pertinence of Michel Foucault's enterprise during the 1970s, made possible by this notion of governmentality, at once so strange and so operative. That this is an enterprise of continuing contemporary relevance is indicated not only by the spread of governmentality studies since the appearance of Michel Foucault's lectures at Collège de France, but specially by the dilemmas and "dead-ends" that our political culture has brought us to. In this sense, the article concludes with a sort of research agenda for continuing Foucault's unfinished investigation, one that invites us to deepen our understanding of the relationships between philosophical critique, governmental rationality and political culture, understood as a set of forms of conduct and sociability, modes of life, and styles of subject-formation and truth-telling.*

Palavras-chave

Governmentality – Michel Foucault – Political culture – Demagoggy.

I-Text originally presented at the conference held in the Birkbeck College, University of London, in July 3 and 4, 2011, with the objective of reflecting about the 20 years of publication of the volum *The Foucault Effect: studies on governmentality*.

II- Oxford University, Oxford, U.K.
Royal Brompton Hospital, London, U.K
Contact: colinngordon@aol.com

As nossas virtudes
Vão da interpretação que dá o tempo¹
William Shakespeare

O eterno retorno é um eterno adeus.
Friedrich Nietzsche (parafraseado por Paul Veyne)

Algo apropriado para fazer hoje, mas que não tenho competência para tentar, seria examinar e prestar a devida homenagem ao vasto, rico e ainda crescente conjunto de estudos sobre governamentalidade que têm sido empreendidos desde que publicamos *The Foucault effect: studies in governmentality*.² Desculpo-me por isso e oferecerei em troca algo que espero ser adequado para esta ocasião, porém mais modesto: breves reflexões sobre o livro após algumas décadas que renderam percepções sobre o que deveria ter sido feito e, é claro, à luz da história e das publicações subsequentes, visando aos nossos interesses e problemas atuais. Em seguida, e talvez a partir disso, gostaria de apresentar algumas propostas menos modestas sobre o que poderíamos almejar no futuro com a intenção de completar – ou ao menos continuar – o projeto inacabado de Foucault.

Reflexões ulteriores (1)

Uma primeira questão, então, é: o que deixamos escapar ou negligenciamos quando estávamos reunindo os materiais para esse livro, na década de 1980, e que pode se mostrar útil no processo posterior de escrita da história do presente? Minha resposta breve seria de que as omissões mais significativas em meu relato a respeito do que Foucault disse sobre governamentalidade encontram-se na segunda e na terceira aula do curso de 1979,³ *O nascimento da biopolítica*, as quais contêm um conjunto particularmente

brilhante de observações e análises que, como Paul Patton e outros assinalaram recentemente, são muito apropriadas aos interesses globais das últimas décadas.

Uma delas consiste em uma observação cuja implicação é provável que até agora não tenhamos compreendido inteiramente: de que o liberalismo é uma forma de governo que tanto produz como consome liberdade. Logo depois disso há a nota, igualmente fecunda, de que o liberalismo é uma arte de viver perigosamente. Outra observação muito importante da aula precedente é a comparação entre duas abordagens da limitação do poder governamental: uma abordagem francesa, rousseauiana, revolucionária e baseada no direito, fundada num critério de legitimidade, e outra britânica, benthamista, radical, focada num critério de utilidade e interesse – e o comentário de que, embora ambas tenham sobrevivido até nossa época, é a última que tende a prevalecer.

Uma terceira passagem, muito significativa e talvez ainda não suficientemente comentada, diz respeito às implicações do liberalismo para a ordem global europeia e internacional. Nela Foucault explica que a transformação liberal da governamentalidade acarreta também uma transformação no modelo da ordem internacional e do *equilíbrio da Europa*, predominante no período do mercantilismo e do Estado policial. Em vez de uma competição econômica de soma zero entre Estados, em que a rivalidade só pode ser estabilizada pelo jogo de alianças que impede que qualquer um dos jogadores tenha domínio completo, o regime liberal de mercado de câmbio nacional e internacional possibilita um processo no qual todas as partes otimizam seus ganhos, o enriquecimento de cada jogador tende a enriquecer os demais e não há limite para a soma do crescimento potencial. Entretanto, e de forma crucial, essa possibilidade de crescimento ilimitado – e, em princípio, pacífico e paralelo – dos vários jogadores nacionais no espaço europeu só pode ser garantida se à própria Europa estiver assegurada a disponibilidade

1- Da tradução brasileira de Barbara Heliodora (SHAKESPEARE, William. *Coriolano*. Edição bilingüe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 263). (N. da T.)

2- *O efeito Foucault: estudos sobre governamentalidade*, sem tradução para o português. (N. da T.)

3- Aulas de 17 e 24 de janeiro de 1979 (FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France, 1978-1979. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 39-101). (N. da R. T.)

externa de um mercado global ilimitado. A disponibilidade desse mercado para o comércio europeu torna-se uma condição para o progresso por meio do crescimento das economias nacionais, mutuamente e favoravelmente apoiado na direção da paz universal perpétua, mas também, e por essa razão, uma necessidade teleológica de assegurar a ordem regional internacional dos Estados europeus. Distinguindo tal desenvolvimento-chave tanto dos primórdios das colonizações europeias quanto da subsequente organização plena do imperialismo colonial, Foucault ilustra essa ligação por meio de comentários sobre o direito do mar em expansão, sobre novos esquemas para a paz perpétua, tais como aqueles de Immanuel Kant (com sua explicação sobre as bases naturais da lei cosmopolita ou comercial), e sobre os diferentes híbridos de esquemas policiais e liberais de ordem internacional incorporados pelo Império Napoleônico e, após sua derrota, pelo Congresso de Viena de 1815.

Vale a pena assinalar certa continuidade entre essa análise e as aulas de 1976. Nestas, o modelo de nação proposto por Sieyes, modelo do Terceiro Estado, abandona um projeto imperial de crescimento nacional por meio da conquista externa e propõe, em seu lugar, um caminho de crescimento endógeno para a autorealização da nação, no qual a luta civil entre componentes da nação pode ser conduzida no interior de uma arena pública histórica, em um nível que permanece abaixo do limite da violência. É claro que essa capacidade aumentada de produzir e organizar a paz interna e externa é equiparada, conforme comenta Foucault nas aulas de 1979, a uma capacidade de produzir guerra nacional e imperial numa escala mundial sem precedentes. Assim, temos em 1979, digamos, algumas pistas sobre um estágio importante em que a história da governamentalidade toca a história daquilo que hoje chamamos de globalização.

Essas são algumas das pequenas coisas que ficaram fora de nossa publicação de 1991 sobre essas aulas extraordinariamente ricas e interminavelmente intrigantes.

No que diz respeito à questão geral das entidades e relações transnacionais, internacionais e federais – temas ainda mais significativos para a geração posterior a esse curso –, vale a pena também considerar as observações de Foucault, nas aulas de 1976, sobre o modelo de governo imperial em oposição ao modelo real, que se converteu num aspecto posteriormente pouco mencionado da ideologia revolucionária francesa,⁴ e, no curso de 1983, sobre a reflexão a respeito das formas constitucionais apropriadas a uma federação imperial de cidades discutidas nas cartas de Platão aos governantes de Siracusa.⁵

Reflexões ulteriores (2)

Agora, se me permitem, inverterei a reflexão, voltando-a para outra direção: será que haveria algo que nós notamos e destacamos e que pode ter posteriormente recebido menos atenção do que merecia? Em minha modesta e imparcial opinião, sim, há algumas coisas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de pensar que parte do apelo de *The Foucault effect* deve-se ao fato de que, além de introduzir um conjunto de ideias novas e vigorosas, o livro expôs aquelas ideias postas em movimento não apenas pelo próprio Foucault, mas por um grupo de pessoas trabalhando, com ele e ao redor dele, numa rede informal. Um dos resultados-chave, que nos custou certo tempo para tentar demonstrar por meio da compilação e da apresentação desses materiais, foi que o trabalho realizado por essas diferentes pessoas se encaixou de forma a produzir os contornos de um tratamento cronologicamente conectado e contínuo da história da governamentalidade.

Nas aulas de Foucault de 1978-1979, pouco foi dito sobre o período entre aproximadamente 1815 e 1930; porém,

4- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso dado no Collège de France, 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (N. da R. T.)

5- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Curso dado no Collège de France, 1982-1983. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (N. da R. T.)

levando-se em conta a contribuição de seus colaboradores, além de seu próprio trabalho em outros lugares, poderíamos delinejar ao menos um esboço confiável daquilo que, em minha introdução, chamei de (em homenagem a Perry Anderson) transição da sociedade civil para o mercado social. E seguir o decorrer dessa transição através do período liberal, em vez de saltar diretamente de Bentham a Becker, parece-me bastante importante para a qualidade da profundidade genealógica e da inteligibilidade – para não dizer da acuidade política – que uma história do presente deve ser capaz de fornecer. Talvez esse ponto ainda não esteja suficientemente compreendido como deveria.

Eu também gostaria de mencionar que esse modo de tratar os séculos XIX e XX em *The Foucault effect* teve muito a dizer – mais do que alguns perceberam – sobre o lugar que esse tipo de análise confere ao papel da lei. O que encontramos ali desenvolvido de forma bastante rica e sugestiva é a ideia de que progressos modernos em governamentalidade envolvem esforços muito significativos em invenção e intervenção jurídica: estas incluem, no final do século XIX, a invenção de um conceito de lei social e a reconsideração jurídica de risco, perigo e responsabilidade como parte do necessário suporte técnico da criação do seguro social; e, mais recentemente, a partir de meados do século XX, os mecanismos institucionais em desenvolvimento para criar e regular o espaço competitivo do mercado social de modo que, como argumenta Foucault, uma sociedade empresarial e uma sociedade jurídica são duas faces da mesma realidade.⁶ Se esse trabalho tão interessante tivesse sido lido com a atenção que merece, talvez alguns dos debates dos últimos 20 anos sobre Foucault e a lei poderiam ter tomado uma direção mais produtiva.

O terceiro modo – de certa forma, relacionado aos demais – pelo qual a recepção de *The Foucault effect*, embora gratificante

de tantas maneiras, tem sido estranhamente silenciosa é sua relação direta com escolhas políticas contemporâneas. Foucault ministrou essas aulas imediatamente antes e imediatamente após uma coalizão eleitoral de partidos socialistas e comunistas na França ter sido derrotada de modo inesperado e decisivo nas eleições parlamentares por um governo de centro-esquerda de tipo neoliberal. Refiro-me à sua observação, depois de descrever a decisão do Partido Social-Democrata da Alemanha, em 1959, de aceitar os princípios do mercado social de que, até o momento, o socialismo não possuía uma racionalidade distinta de governo: suas opções encontravam-se entre as ferramentas do liberalismo e as do Estado policial. Ele então acrescentou que, se tal estado de coisas fosse considerado insatisfatório, a única solução seria a invenção de tal racionalidade. Essa sugestão ou desafio parece-me ter sido recebida por seus leitores, na Inglaterra e em outros lugares, com um silêncio atormentado e constrangido.

Considero que tal desafio está profundamente conectado a outro, que ficou conhecido nas aulas de 1979 e diz respeito ao estado da crítica. Creio que tudo o que Foucault diz sobre a crítica em seus comentários públicos a partir de 1976 tem algo a ver com a crescente pressão externa para situar a intenção de seu trabalho no espaço político público. Sabemos que Foucault afirma que a governamentalidade liberal é uma governamentalidade que internaliza a crítica como crítica das pretensões da razão do Estado e do governo excessivo e desnecessário. Sabemos que ele diz, em *O que é a crítica?*, que a partir da Reforma a crítica está fundamentalmente ligada a uma vontade de não ser governado ou de não ser governado de uma certa maneira. Esses dois comentários atribuem um sentido original e positivo à noção de crítica. Entretanto, as aulas de 1979 também contêm, conforme comentei em 1991, alguns desafios bastante radicais a dois principais estilos de crítica contemporânea. Um deles é a refutação, por parte dos ordoliberais alemães, daquilo que Foucault chama de críticas de

6- Em *The Foucault effect*, os trabalhos que contribuem para essa dimensão são principalmente os de Giovanna Procacci, Jacques Donzelot, François Ewald, Daniel Defert e Robert Castel. (N. da R. T.)

esquerda sombartianas às enfermidades das modernas sociedades de massa e mercado (os males, no resumo aliterativo e prejudicialmente alusivo de Foucault, *dos signos, da velocidade e dos espetáculos*).⁷ O outro desafio está contido na própria restrição de Foucault ao que ele denomina um estilo de crítica exagerado e inflacionista, promovido por neoliberais, mas depois entusiasticamente adotado por setores da esquerda, à inevitavelmente expansiva e despótica natureza do Estado.

Se esses dois questionamentos antícríticos à denúncia genérica, respectivamente do mercado e do Estado, forem levados a sério (e Foucault parece tão simpático à posição neoliberal sobre o primeiro quanto desfavorável ao último), amplos setores da cultura crítica contemporânea podem necessitar de um reexame.

Os múltiplos nascimentos da política

Isso me conduz ao principal tópico desta palestra. Muito da riquíssima e volumosa discussão publicada sobre Foucault parece girar em torno de alguma forma de afastamento ou disjunção entre a noção de governamentalidade e algumas coisas (identificadas variavelmente como soberania, teoria jurídica, do direito, ou política) que funcionam como o outro da governamentalidade. Sem cair em amenidades indiferenciadas e ecléticas, gostaria de sugerir que talvez precisemos nos mover para além de algumas dessas disjunções e dos silos sectários, diferenciados por marcas, em que elas podem estar, com o risco de neles nos aprisionarmos (CHATTERJEE, 2004; ANDERSON, 1983, 1998; IVISON, 1997).

Gostaria de me aproximar agora, rapidamente, da vasta e renovada riqueza das publicações póstumas de Foucault para trabalhar com alguns indicadores de que a história da governamentalidade que ele e outros empreenderam possibilita, implica e demanda

7- A ideia de alteração, evidente na expressão em inglês *signs, speed, and spectacles*, perde-se na tradução para o português. (N. da T.)

uma genealogia da política associada, na forma específica de uma genealogia dos modos de cultura, conduta, sociabilidade e subjetividade políticas. Para começar, examinemos algumas sugestões, nas aulas de Foucault, sobre ocasiões do que podemos chamar de múltiplos nascimentos da política.

A primeira dessas análises, realista tanto na carreira de Foucault quanto em seu contexto histórico, é aquela que Daniel Defert acaba de apresentar: a gênese do político na Grécia.⁸ Quando tivermos tido tempo de digeri-la, suspeito que ela possa modificar nossa leitura das análises posteriores.

Encontramos duas sugestões, curiosamente diferentes, nas aulas de 1978 e 1979, respectivamente. Em 1978, Foucault sugere que a política se origina em resistências à governamentalidade, as quais assumem a forma de noções de contraconduta que se tornam parte de uma tradição revolucionária que inclui sua própria versão de pastorado. Já na conclusão das aulas de 1979, ele aponta uma origem para a política localizada nas competições e nos conflitos entre componentes e modalidades de governamentalidade.

Se voltarmos um pouco ao curso de 1976, encontramos uma terceira ideia: a origem da emergência da política por meio da criação de um espaço de contenção entre discursos rivais sobre a nação e sua história, bem como sobre os atores e as forças que a compõem, com suas respectivas reivindicações, realizações e competências.

Novamente em 1979, temos, conforme acabamos de ver, um contraste entre dois estilos de limitação ao poder governamental, cada um dos quais, assim como suas interações e rivalidades, implicitamente apresentados como geradores e formadores de um espaço político. Temos também algumas observações rápidas, porém agudas, sobre revolução e cultura política, como as práticas pastorais e a

8- Colin Gordon está se referindo à conferência de abertura de Daniel Defert, *The emergence of power in Michel Foucault's 1970-71 lectures*, no mesmo seminário em que o presente texto foi apresentado. (N. da R. T.)

sociabilidade de movimentos revolucionários – um tema que reaparece com elaborações adicionais nas aulas de 1980 a 1984.

Ainda nas aulas de 1979, aumentando o conjunto de sugestões e pistas que constituem os pontos que sugiro que tentemos ligar, Foucault fala sobre dois estilos de organização de partidos políticos: um que é uma máquina de adquirir os poderes e benefícios do cargo público, e outro que tem como objetivo instaurar um novo mundo e que funciona como sua própria sociedade alternativa.

Nas aulas de 1982, encontramos uma observação muito impressionante sobre a relação do sujeito consigo mesmo como o princípio fundamental para a resistência à governamentalidade. Nesse curso, *A hermenêutica do sujeito*, Foucault fala sobre dois estilos epistêmicos abarcados pela cultura ocidental: saber de conhecimento e saber espiritual, sendo este último caracterizado por uma ligação bidirecional necessária entre o acesso à verdade e a modificação do sujeito cognoscente. O *Fausto* de Goethe é o florescimento final dessa ideia de conhecimento na cultura europeia. Foucault afirma que, entre as formações epistêmicas modernas, a psicanálise e o marxismo são parcialmente caracterizados por traços tanto do saber de conhecimento quanto do saber espiritual. Em 1984, ele reintroduz o *Fausto* como a figura moderna final do herói filosófico, acrescentando que esse ideal de vida é deslocado e traduzido para o domínio político: como diz ele, de forma notável, *sai o Fausto, entra o revolucionário*.

Também nas aulas de 1984, Foucault afirma que planeja falar sobre o modo de parrésia política do século XVII, que consiste no conselho dado ao soberano pelo ministro de Estado que opera no molde racional da razão do Estado.⁹ Nesse mesmo curso, Foucault menciona a vida do revolucionário e a vida do artista moderno como dois avatares do cínico que escandalosamente revela a verdade, uma *outra vida* que expressava

9- Um livro recente de David Colclough, que faz referência a Foucault, examina a prática da parrésia durante o mesmo período no parlamento inglês.

o chamado missionário para um *outro mundo* e a vocação para legislador – não reconhecido – da humanidade. No âmbito dessa pequena discussão, ele tece um comentário interessante (recentemente descrito por Michael Hardt na *New Left Review* como *controverso*) sobre os modos de vida alternativos observáveis nos movimentos revolucionários modernos: um no qual o comportamento pessoal não convencional e libertino é aceito e valorizado, e outro que se distingue de seu adversário burguês decadente por meio de seu conformismo estudado e de sua retidão convencional.

Nas aulas da década de 1980, entretecendo suas análises das modalidades de afirmação verdadeira, vida filosófica, fala destemida e manifestação da verdade – respectivamente, veridicção, cuidado de si, parrésia, aleturgia –, Foucault discute a função do dizer verdadeiro filosófico como conselho político em suas respectivas arenas: o espaço público da ágora e a alma do príncipe.

Em quaisquer desses espaços, o dizer verdadeiro existe em contraste e competição com os discursos e modos de existência da demagogia, da retórica e da adulação. Foucault não considera a noção (normalmente atribuída a Platão) do papel do filósofo como nomóteta, ou autor e promulgador de leis. Exceto em algumas emergências, o papel do filósofo em relação ao princípio e à cidade não é prescrever o conteúdo do bom governo (sobre o qual a filosofia não tem competência), mas o modo de vida filosófico próprio do soberano, enquanto o significado da política para a filosofia é o da realidade na qual e por meio da qual ela é posta à prova.¹⁰ Além disso, em um dos mais completos resumos formulados por Foucault, a própria filosofia ocidental é definida como um conjunto de modos alternativos de pensar as formas de interdependência das questões de verdade, *éthos* e poder.

10- Compare-se tal sugestão com o comentário feito nas aulas de 1979 sobre os estilos inflacionistas de crítica, que ele censura por se recusarem a pagar o preço da realidade.

Esses pontos, fragmentos ou tópicos dispersos pelas aulas parecem-me, quando reunidos, formar a base de uma estrutura conceitual a partir da qual uma genealogia do sujeito político moderno (embora o assunto, até onde sei, não tenha sido explicitamente apresentado como tal por Foucault) pode ter começado a ser empreendida.

Complementos

Antes de tentar ir mais adiante, eu gostaria de mencionar algumas fontes claramente complementares às aulas de 1978-1979 e que se tornaram conhecidas ou disponíveis depois da publicação de *The Foucault effect*. Em breve voltarei a uma aula de 1978 atualmente muito conhecida, intitulada *O que é a crítica?*, que foi publicada na época, mas permaneceu, em grande medida, desconhecida até os anos 1990.¹¹

Entretanto, o texto que eu sugeriria – na verdade, a principal fonte complementar às aulas de Foucault de 1978-1979, que tem passado perigosamente despercebida – é aquele outro que já mencionei algumas vezes: o curso anterior, ministrado em 1976. Refiro-me especialmente à aulas de 8 a 10, que não são nem sobre a tese da natureza bélica do poder, nem sobre defesa civil e biopolítica, mas sobre uma mutação na consciência histórica e política do tempo, associada à emergência de uma concepção da nação como um projeto e constructo histórico do qual o Terceiro Estado é o agente principal e mais competente.¹²

Há algumas linhas muito importantes de continuidade e complementaridade entre as aulas de 1976 e as de 1978-1979. Uma delas é a simetria entre os textos *O que é o Terceiro Estado?*, de Sieyés, e o *Ensaio sobre a história da sociedade civil*, de Ferguson, que ocupam

11- Tradução para o português: FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* (Crítica e *Aufklärung*). *Cadernos da F.F.C.*, Marília, v. 9, n. 1, p. 169-187, 2000. (N. da R. T.)

12- Colin Gordon se refere às aulas de 25 de fevereiro, 3 e 10 de março de 1979 (FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France, 1978-1979. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008). (N. da R.T.)

lugares tão estratégicos nos cursos de 1976 e de 1979, respectivamente. Uma segunda linha refere-se a algumas distinções que Foucault preocupa-se em fazer, tanto em 1976 quanto em 1978-1979, entre formas de governo totalitárias e não totalitárias (em termos de antisemitismo, delegação do poder de matar e implementação de um Estado de partidos, respectivamente). Uma terceira diz respeito às referências feitas em 1976, e novamente em 1979, implicitamente alusivas a temas anteriores – vida, trabalho e linguagem – tratados em *As palavras e as coisas*.

Tenho tentado sugerir que a história da governamentalidade permite e necessita ser ampliada para uma genealogia do político, e que há alguma evidência de que uma forma dessa genealogia é o que Foucault tinha em mente quando anunciou, para seu público longamente martirizado do início de 1984, a perspectiva de um fim iminente de sua longa *viagem greco-romana*.

A leitura dessa promessa hoje nos faz lembrar o simples fato de que o trabalho de Foucault ficou inacabado. Como consequência, ao lado da opção sempre adequada de *instrumentalizar* o trabalho de Foucault em qualquer que seja a área escolhida e com o máximo de liberdade, inventividade e infidelidade leal possível, há também a possibilidade, no limite de nossa capacidade, de tentar *terminar* o que ele deixou inacabado, ou ao menos de retomar algo do que poderiam ter sido as metas e ambições não realizadas de seu trabalho.

Não creio que seremos capazes de fazer isso apenas escavando as riquezas vastas e ainda pouco exploradas da produção de Foucault em vida. Podemos começar de forma sensata, como ele sem dúvida teria feito, abordando também algumas coisas que outros descobriram. Sendo assim, seguirei apresentando os trabalhos de alguns estudiosos sobre a história do pensamento e da política no início dos tempos modernos (em particular, os de Donald Kelley e de Peter Donaldson) e, a seguir, indicarei alguns encontros breves, mas promissores, com o tema da governamentalidade em algumas outras

correntes novas e importantes da pesquisa contemporânea (como nos trabalhos de Ann Stoler, Duncan Ivison, Keith Baker, Benedict Anderson e Partha Chatterjee).

Início dos tempos modernos

Política no início dos tempos modernos: Foucault, Pocock, Skinner, Kelley, Donaldson

Utilizarei alguns parágrafos para tentar ilustrar como a reflexão sobre a genealogia da política a partir da história da governamentalidade pode ligar algumas das sugestões de Foucault aos achados de estudiosos cujas questões cruzam-se com as dele, ainda que, na maioria dos casos, tacitamente ou de forma não intencional.

O curso de Foucault de 1976 apareceu no mesmo ano de *The Macchiavellian moment*, de John Pocock,¹³ e suas aulas de 1978, no mesmo ano de *As fundações do pensamento político moderno*, de Quentin Skinner. Alguns dos temas-chave abordados nas aulas de 1976 são tratados por volta da época em que surgiram alguns trabalhos notáveis, embora um pouco menos famosos, de Donald R. Kelley, especialmente seu *The beginnings of ideology: consciousness and society in the French Reformation*, de 1982.¹⁴

É possível que os estudos hegelianos iniciais de Foucault com Jean Hyppolite tenham dado o tom favorável de sua leitura do século XVI como um período de nascimento de contracondutas, indocilidades e críticas: para Foucault, a Reforma, bem como o Iluminismo e a *politeia* grega, parece servir como uma lente refrativa para o discernimento de liberdades e desliberdades modernas. A seu modo, o livro de Kelley oferece uma anatomia da política huguenote bastante compatível com temas próprios ao trabalho de Foucault, mas a concebe como local de nascimento dos componentes mais virulentos do sectarismo revolucionário moderno. Quentin Skinner destacou que

uma influente linha da doutrina calvinista antiabsolutista propõe não tanto um direito de revolta, mas uma tarefa religiosa compulsória de derrubar governantes que impeçam ou evitem a imposição da verdadeira doutrina religiosa: o desejo de *não ser governado de uma certa maneira*, que é a formulação de Foucault para a primeira forma de crítica do início dos tempos modernos, é, assim, muitas vezes fortemente ligado a um desejo de governar e a um desejo, para si e para os outros, de ser governado de outra maneira, particular e divinamente ordenada.

Na releitura do livro de Kelley à luz das aulas de Foucault e de seu trabalho posterior, chama a atenção como sua reconstrução da emergência, ao longo da Reforma Francesa, das primeiras formas ou protótipos da moderna ideologia política e do partido político e revolucionário é tomada como estando vinculada à mutação e à intensificação das formas de relação do sujeito consigo mesmo, bem como articulada em torno dos temas interligados *consciência, conversão e confissão*, que Kelley (1981, p. 57) chama de “os ingredientes essenciais da psicologia protestante”.

O curso de Foucault de 1980, *Do governo dos vivos*, publicado em novembro de 2012,¹⁵ focaliza sua análise na evolução da doutrina cristã patrística inicial sobre os sacramentos do batismo e da penitência. No decorrer do texto, ele distingue dois princípios-chave – *exomologese* ou *publicatio sui* (tornar público a si mesmo) e exagorese (a formulação obrigatória e exaustiva dos próprios impulsos mentais) – e percebe uma mudança de longo prazo na prática penitencial cristã, que vai da primazia do primeiro princípio na direção do último. Escrevendo quase ao mesmo tempo, Kelley (1981) vê, no século XVI, uma inversão dessa mudança no Protestantismo: “a religião evangélica não descartou, mas antes

13- *O momento maquiaveliano*, sem tradução para o português. (N. da T.)

14- *Os princípios da ideologia: consciência e sociedade na Reforma Francesa*, sem tradução para o português. (N. da T.)

15- O curso completo, editado por Michel Senellart, foi publicado em novembro de 2012 (*Le gouvernement des vivants. Cours au Collège de France, 1979-1980*. Paris: Gallimard/Seuil, 2012). Uma edição a partir do áudio das aulas, contendo a primeira aula completa e excertos das seguintes, foi publicada no Brasil em 2010, pela Editora CCS/Achiame, com transcrição de Nildo Avelino. (N. da R.T.)

reformulou e secularizou a cura convencional das almas" (p. 85). Ainda em suas palavras:

A ênfase mudou da antiga confissão auricular para a *exomologese* mais pública. "Confissão é demonstrar publicamente que você não permite idolatria de modo algum", declarou um panfletista huguenote às vésperas das guerras religiosas, "e comunicar aos outros a mesma doutrina que você abraça". (KELLEY, 1981, p. 96)

O correlato social disso, de acordo com Kelley, é a *congregação*, termo utilizado por Erasmo para designar a Igreja da Cristandade primitiva, significando uma comunidade de almas unidas na crença, diferentemente da ecclesia estruturada e hierocrática da lei canônica. Consequentemente,

[...] em lugar da suelta terminologia da doutrina papal, a imagem predominante tornou-se a do pastor e rebanho. A teologia pastoral, a arte de cuidar e alimentar as ovelhas, ganhou nova importância. (KELLEY, 1981, p. 96)

A aula mais famosa de Foucault sobre governamentalidade naturalmente postula, desde o início, uma ligação fundamental entre pedagogia e doutrina política, e, consequentemente, entre a formação do eu e do governante e os princípios da conduta governamental pessoal, privada e pública. Nos cursos de seus últimos dois anos de vida (intitulados, precisamente, *O governo de si e dos outros*¹⁶), Foucault tratou, no contexto da Antiguidade, da problemática dos pré-requisitos das qualidades morais do governante e do cidadão e das relações apropriadas entre filosofia e política. Por alguma razão, ele evita, de forma bastante consistente, o tema maquiaveliano e pocockiano do republicanismo civil e, em suas

16 - Ambos já publicados no Brasil, traduzidos por Eduardo Brandão: *O governo de si e dos outros*. Curso dado no Collège de France, 1982-1983. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011; e *A coragem da verdade. O governo de si e dos outros II*. Curso dado no Collège de France, 1983-1984. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (N. da R. T.)

aulas precedentes, de 1978-1979, pouco diz em termos diretos sobre as competências e qualidades subjetivas exigidas para o exercício racional de funções de governo político do mundo pós Renascimento.¹⁷

Entretanto, em seu esboço de alguns conceitos iniciais de razão de Estado – segredo de Estado, *mistério de Estado*, golpe de Estado –, Foucault evoca um sentido trágico novo e específico, ligado a uma nova consciência histórica da perpetuidade secular do poder do Estado; ademais, em uma observação feita em suas aulas de 1976, identifica o golpe de Estado como o tema essencial das peças históricas de Shakespeare e do clássico drama trágico francês. Há algumas claras indicações, nas últimas aulas, de que Foucault pretendia revisitar esse tema e possivelmente conectar seu esboço de uma história das formas de afirmação verdadeira e dizer verdadeiro à concepção política do papel do ministro de Estado do século XVI – isto é, ligando suas histórias de veridicação, parrésia e governamentalidade –, tal como, de certa forma, ele havia proposto no início de seu curso de 1980 explorar as ligações entre governamentalidade e *aleturgia* (as formas de manifestação da verdade).

Algumas pistas sobre o material que Foucault talvez tenha planejado considerar podem ser encontradas em *Machiavelli and mystery of State* (1988), de Peter S. Donaldson,¹⁸ particularmente no capítulo a respeito do tratado sobre golpes de Estado elaborado pelo escritor do século XVII Gabriel Naudé, e em sua seção final, *Espíritos fortes*, que de fato se ajusta perfeitamente ao que, nos termos de Foucault, pode ser chamado de descrição de uma forma de *espiritualidade política*.

O século XVI, como observa Kelley, testemunha o amadurecimento do conceito de uma *ciência da política*, mas também a

17 - O interesse neo-estoico, no século XVI, em uma nova cultura de si – do autoconhecimento, do autodomínio, da autoformação – torna-se, como já foi demonstrado por Gerhard Oestreich, parte constitutiva importante das pedagogias e técnicas políticas dos primórdios do Estado moderno.

18 - *Maquiavel e o mistério do Estado*, sem tradução para o português. (N. da T.)

emergência de um novo e controverso tipo de personagem público, o *homo politicus*.¹⁹ Kelley cita a afirmação direta de Lutero – *homo politicus, bose Christus*: o homem político é um mau cristão.

Na aula de 15 de março de 1978, Foucault apresenta uma comparação ponto a ponto entre a pastoral cristã e a razão de Estado como rationalidades de governo, sendo que um desses pontos diz respeito à salvação e ao sacrifício. Enquanto o pastor cristão está claramente encarregado de salvar a ovelha individual perdida, mesmo se para isso tenha que negligenciar o rebanho, sacrificar seu próprio bem e, se necessário, até sua salvação para preservar a de seu rebanho, Naudé e outros autores afirmam que a necessidade e a salvação pública podem demandar “uma razão de Estado cuja pastoral será uma pastoral da opção, uma pastoral da exclusão, uma pastoral do sacrifício de alguns ao todo, de alguns ao Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 352).²⁰ Inversamente, entretanto, para Arnold Clapmar, alemão contemporâneo de Naudé,

[...] o bem público pode necessitar não apenas de que o governante transgrida a lei comum, mas também de que ele morra pelo povo ou, ainda pior, de que assuma os pecados por ele, numa curiosa imitação do sacrifício de Cristo e de sua assunção do ônus do pecado humano. (DONALDSON, 1992, p. 131)

Donaldson encontra uma forma bastante diferente de espiritualidade na concepção de Gabriel Naudé da arte política secreta do golpe

19- Enquanto a demonização dos políticos [*politiques*] primeiro aparece como invectiva, antes de ser admitida (por um grupo específico) como uma identidade positiva e um programa de trabalho, o papel do *homo politicus* é reivindicado e afirmado desde o início pelos expoentes da ciência estabelecida da jurisprudência, os juristas: “*Jurisconsultus hoc est Homo Politicus*” (KELLEY, 1981, p. 203). [Observação: o termo original em inglês, *politiques*, circunscreve o argumento em relação ao contexto das Guerras Religiosas na França do século XVI, remetendo a uma parcela de homens, principalmente religiosos, que assumiam posições políticas de tolerância religiosa e que tinham em comum a defesa da restauração monárquica para unificar a nação. (obs. da R. T.)]

20- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France 1977-1978. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (N. da R. T.)

de Estado como forma de mágica natural ou de realização secular de milagres.

Que a alma do homem participa e compartilha, de um modo ou de outro, da natureza daquilo que ele sabe é uma característica central não apenas da epistemologia aristotélica, mas de quase todas as teorias de conhecimento cristãs antigas e pré-modernas, que encontra uma expressão exagerada, mas não radicalmente exagerada, na gnose mágica: o trabalho transforma o homem e o homem precisa estar engajado no processo de transformação espiritual para realizar o trabalho. (DONALDSON, 1992, p. 177)

Essa concepção das precondições espirituais e dos efeitos do conhecimento é, naturalmente, a mesma que Foucault descreve e explora em *A hermenéutica do sujeito* quando apresenta um relato sobre práticas filosóficas de cuidado de si, as quais ele vê como começando a aproximar-se do fim numa mutação do pensamento do início dos tempos modernos de que a filosofia de Descartes é parte; uma mutação que se sobrepõe a – mas não coincide com – outra mutação, discutida nas aulas de 1978 e com a qual Descartes também está associado: a desconexão da razão do Estado da ordem do mundo. “*O esprit fort* é o correlato psicológico do conhecimento das *arcana* [políticas]. É necessário um espírito forte para que se possa usá-las, e o conhecimento delas, por sua vez, ajuda a desmistificar e fortalecer o espirito”. A discussão de Naudé de “quais opiniões é necessário defender para realizar importantes jogadas de Estado” trata, de forma semelhante, “da amplificação do retrato psicológico do político, enquanto prepara seu espirito” (DONALDSON, 1992, p. 179). As três opiniões-chave são: a mutabilidade das instituições humanas, incluindo as religiões; “que não é necessário mudar o mundo para conseguir grandes mudanças nos Estados” (p. 182); e a credulidade do populacho.

Donaldson (1992, p. 184) faz o comentário conclusivo de que Naudé toma de Maquiavel

[...] a ideia de que há uma força psicológica necessária que precisa acompanhar a ação política eficaz. Maquiavel às vezes é lido como se fosse o criador de uma tecnologia da política, ou de uma ciência positiva, na qual procedimentos eficazes para atingir fins políticos são explorados sem referência ao tipo de pessoa que seria necessário ser para usá-los [...]. Quando começamos a ver que Maquiavel às vezes escreve sobre autotransformação, sobre a preparação do espírito para escolhas difíceis, logo percebemos que ele sempre escreve assim e de fato nunca discute a técnica isolada de questões morais e psicológicas.

Algo que se poderia querer acrescentar a isso é que talvez a divisão tradicional entre comentadores das duas obras mais famosas de Maquiavel, *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*²¹ – Foucault e Skinner concordando entre si e concentrando-se mais na primeira, e Pocock dedicando-se mais à última – tendeu a ocultar algo que nenhum deles parece destacar, embora esteja muito próximo do pensamento-chave de Foucault: a identidade essencial das noções de virtude (as virtudes do leão e da raposa) que essas obras propõem respectivamente ao governante e ao cidadão republicano. Os *Discursos*, além de estabelecerem diretrizes de segurança para a conspiração republicana bem-sucedida, enfatizam a necessidade de crueldade em nome da causa republicana civil: quando um governante é violentamente deposto, seus parentes não devem ser deixados vivos para tentarem uma restauração; quando um papa guerreiro fez audaciosamente uma visita desarmada aos seus súditos rebeldes, estes foram timidamente

insensatos por perderem a chance de capturá-lo e matá-lo ou prendê-lo.

Uma doutrina de governo conspirador ou de revolução de cima para baixo – ou mesmo de baixo para cima – que opera por meio de violência, segredo e dissimulação pode não parecer um ponto de partida genealógico totalmente reconhecível ou aceitável para a problemática da ética e da conduta política como gostamos de considerar atualmente. Em combinação com outras linhas do início dos tempos modernos, entretanto – tais como a versão de Lipsius do neo-estoaísmo para governantes e governados, a formação de novos padrões de veracidade experimental e administrativa,²² e o *espírito do Estado* que Hintze, numa linguagem weberiana adaptada, reconheceu no governo da Prússia Calvinista –, pode ser possível (como acredito que Donaldson pretende sugerir) ver nessas fontes algumas causas daquilo que, no início do século XX, Max Weber entendeu como *política como vocação* e sua associada *ética da responsabilidade*.²³

Há muitos pontos ao longo desses percursos em que comentadores observaram desvios e transições entre as artes políticas da conduta do governante e do governado. Há evidência de que a prudência calculada dos governantes explicada pela razão de Estado foi explicitamente adotada, nas sociedades do início dos tempos modernos, como modelo de ação pessoal eficaz por indivíduos envolvidos em carreiras públicas ou privadas: Jacob Soll observa que o manual de Badassare Castiglione, *O cortesão*, um *best seller*, foi caracterizado por seu editor Amelot e por Diderot como *uma razão de Estado do eu*. (Na direção inversa, Philippe Bezes, um francês que escreveu recentemente sobre a ciência da reforma administrativa no século XX, brinca com a ideia neo-foucaultiana de que essa disciplina poderia ser definida como a *souci de soi*²⁴ do Estado.)

22- Ver SHAPIN, 1994.

23- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1977. (N. da R. T.)

24- *Cuidado de si*, em francês no original (N. da T.)

21- *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (N. da R.T.)

Em outra transposição semântica do público para o privado, feita no início dos tempos modernos, a noção de interesse parece ter sido transplantada da esfera dos Estados para a dos atores individuais, e os incalculáveis interesses privados – incompreensíveis para a soberania econômica do Estado – que motivam escolhas individuais n'A *fábula das abelhas* e na filosofia empírica podem parecer ter sido concebidos como uma mistura de imitação e réplica das qualidades da discrição e da dissimulação enigmáticas atribuídas ao Estado pelos primeiros teóricos da razão de Estado. Essa filosofia, por sua vez, promoveu novos modelos de virtude na ação pública. Nicholas Phillipson descreveu como, um século depois de Castiglione e meio século depois de Shaftesbury, a prática da *paideia* acadêmica de Adam Smith enquanto professor em Glasgow foi planejada para ensinar ao cidadão médio britânico do Norte as artes pessoais e sociais da solidariedade e da empatia necessárias à atividade cívica e comercial – em outras palavras, ao desempenho naquela esfera pública emergente, à qual Foucault se refere como *vida política*.

Encontros recentes

Partirei agora para um rápido exame de como uma genealogia do político pôde ser desenvolvida ou iluminada por alguns encontros entre o trabalho de Foucault e outros estudiosos que nas últimas duas décadas explicitamente responderam a ele.

O ensaio de Keith Baker *A Foucauldian French Revolution?*²⁵ é uma espécie de raridade: em primeiro lugar, por ser uma reflexão simpática feita por um importante historiador contemporâneo de língua inglesa sobre a contribuição de Foucault para a história do pensamento; em segundo lugar, porque assume a forma de uma criação imaginativa ou de um pastiche de algo que Foucault nunca escreveu e talvez nunca tenha planejado escrever –

25- *Uma revolução francesa foucauldiana?*, sem tradução para o português. (N. da T.)

uma análise da Revolução Francesa. Baker aproxima-se explicitamente da aula de Foucault sobre governamentalidade recentemente republicada, embora seja um pouco lamentável que ele não tenha compreendido com exatidão o tratamento ali dado ao tema da população. A análise da revolução é feita em duas partes: uma descrição dos componentes de uma tecnologia de poder revolucionária e uma enumeração das condições históricas de possibilidade para seu desenvolvimento. A primeira inclui alguns neologismos neofoucauldianos apropriadamente bárbaros: *desdiferenciação* (a simultânea individualização de sujeitos humanos e universalização de suas relações); *transparentização* (a demanda de que a vida social e política seja tornada totalmente transparente, cada pessoa tendo que ser aberta a tudo); *politicização* (a produção de subjetividade política, ou a subjetivização da política); *moralização*; *denunciação* e um discurso de *ruptura* epistemológica/ontológica que colocou a revolução no campo da verdade e fez da política o domínio da verdade. A revolução é a fusão entre duas formas de poder incompatíveis: soberania e vigilância.

As condições de possibilidade foucauldianas para a revolução, de acordo com Baker, são as seguintes: 1) a invenção da sociedade e a produção do corpo social; 2) uma crise de conflito entre três modelos de Estado sucessivos, porém coexistentes – jurídico, administrativo-policial e governamental, gerando uma fusão sob a forma de um *discurso político da vontade* que reivindica soberania em nome da coletividade da nação como um todo; 3) a teoria do tribunal da opinião pública, com suas características associadas: obrigação de denúncia, aviltamento de déspotas e dramatização jurídica por advogados no teatro do tribunal dos direitos como vítimas de cidadãos virtuosos que sofrem sob poder arbitrário e opressão.

As reflexões finais de Baker, voltando-se para a história do presente, são, primeiramente, que a revolução recarregou e reavivou a antiga noção de soberania por meio de sua identificação com a vontade popular e – comentando sobre o

que ele considera uma das questões-chave em Foucault – que

[...] a Revolução serviu para firmar a relação entre soberania e vigilância ainda vigente na sociedade moderna: um tipo de relação dialética, na qual nenhuma das formas de poder funciona como justificativa superestrutural para a outra, mas em que cada uma delas recebe, da oposição institucionalizada entre elas, uma energia reforçada. (BAKER, 1994, p. 205)

Essa é uma coisa bastante interessante e é uma pena que o cuidadoso *jeu d'esprit*²⁶ de Baker não tenha estimulado mais discussão. Baker pode ou não ter tomado consciência de que Foucault compartilhava seu respeito pelo trabalho que é, obviamente, uma importante referência no texto de Baker: o livro de 1978, de François Furet, *Pensando a Revolução Francesa*, com suas discussões inovadoras sobre subjetividade e sociabilidade política, as quais Foucault, logo depois, citou num debate sobre a Revolução Iraniana.

É uma pena – na opinião deste fã obsessivo de Foucault – que Baker não tenha tido acesso, quando escreveu seu trabalho, a *Em defesa da sociedade*, e que ele não tenha revisitado seu ensaio à luz do tratamento dado por Foucault aos ensaios de Sieyes sobre o Terceiro Estado e a revolução. É uma pena, ainda, que a discussão de nação nessas aulas não tenha alimentado o recente e interessante argumento presente nos estudos pós-coloniais, em que um diálogo entre duas relevantes figuras, Benedict Anderson e Partha Chatterjee, envolveu a utilização breve, mas significativa, pelos dois autores, do tema da governamentalidade. Um sentimento de pena complementar diz respeito a uma importante escritora nessa área com quem tenho um laço de afinidade – Ann Stoler, que visitou o arquivo de Foucault em Paris e arduamente decifrou as gravações dessas aulas de 1976, sumarizou-as

26 - Jogo de palavras inteligente e às vezes com um sentido humorístico, em francês no original (N. da T.)

e reelaborou-as em seu *Race and the education of desire*²⁷ –, mas que naquele momento não levou em conta a continuidade de tal análise no trabalho sobre governamentalidade.

Há certo charme no fato de que tanto Anderson quanto Chatterjee (ao menos em seus comentários iniciais) assimilam e utilizam a governamentalidade de um modo agradavelmente despreocupado, sem considerar que seu significado e sua procedência necessitam de um comentário preliminar cuidadoso. O uso indisciplinado que Anderson faz do termo é, na verdade, bastante intrigante e incomum, pois ele associa governamentalidade especialmente a três coisas: demografia, classificações humanas e instituições eleitorais.

Anderson, cuja tese foi de início duramente criticada por Chatterjee, que é, ao mesmo tempo, um generoso admirador de seu trabalho, tem seu próprio ponto de vista, bastante característico – e merecidamente influente – em *Comunidades imaginadas* e em trabalhos posteriores sobre a nacionalidade e o nacionalismo como forças demiúrgicas primárias na modernidade, abarcando temas como global e local, europeu-colonial, leste-oeste, a dialética da autonomia e da heteronomia. Em seu último texto em *The spectre of comparisons*,²⁸ ele relaciona isso à (também desacreditada, mas diretamente derivada) dualidade sartreana de *serialidades fechadas e abertas*. Assim sendo, Foucault é considerado alguém que inventou novo nome para a serialidade aberta sartreana.

O outro dispositivo conceitual/neologismo com o qual Anderson joga é a *modularidade*, ou melhor, a replicabilidade de nacionalidades e a identificação de um ferramental de tecnologias, conhecimentos e condições de possibilidade para a criação de uma identidade nacional e sua consciência. Anderson ilustra com diferentes exemplos de construção de nações nos séculos XIX e XX, tanto de cima para baixo, pelos impérios dinásticos, quanto de baixo para cima, por

27 - *Raça e educação do desejo*, sem tradução para o português. (N. da T.)

28 - *O espectro das comparações*, sem tradução para o português. (N. da T.)

insurgentes mobilizadores de populações dominadas na Europa e nas colônias europeias e americanas. Creio que essa história pode, provavelmente, ser integrada, de forma bastante nítida e produtiva, a uma abordagem relativa à arqueologia das ciências humanas, à questão do poder/saber e à governamentalidade (de certo modo, como Partha Chatterjee começou a mostrar, há um bom tempo, em seu *Texts of power*²⁹).

The politics of the governed,³⁰ de Chatterjee, inicia com uma observação que creio ser hoje comum: de que um elemento importante da ordem colonial é a governamentalidade em seu estado puro, sendo isso herdado, em grande medida, pelos regimes de desenvolvimento e governo pós-coloniais e transnacionais – inclusive no sentido específico de que os governados não são sujeitos políticos no sentido normal desse termo. O que Chatterjee mostra em alguns estudos de caso poderosos é o modo como, em *extensas partes do mundo*, há agora uma política coletiva ativista dos governados que opera numa espécie de encontro direto combativo com agentes governamentais (às vezes, incluindo funcionários políticos eleitos) de formas que não têm a ver com a cultura ou com a alcada da política democrática tradicional. A análise de Chatterjee sobre a governamentalidade parece, ao mesmo tempo, esclarecedora e provocativa – um dos pensamentos que ela lança questiona se esse tipo de política dos governados estaria destinado a se expandir para as províncias europeias e outros territórios do Norte.

Assim como o ensaio de Keith Baker, o texto de Duncan Ivison, *The self at liberty*,³¹ é um vívido experimento mental ecumênico, que examina a possibilidade de combinar a noção foucaultiana de governamentalidade como condução de condutas com o republicanismo cívico/jurídico da Escola de Cambridge (isto é, Pocock, Skinner e Pettit) e a teoria política de justiça de Rawls. Essa é uma daquelas respostas em que a governamentalidade é considerada

como sendo, em certo sentido problemático, ortogonal ou antitética à ideia do controle da lei; o experimento de Ivison, que ele vê como um desafio a essa antítese ou uma superação dela, pretende apresentar a política de John Locke como uma racionalidade do governo jurídico do início dos tempos modernos com capacidades plenamente desenvolvidas para a condução de condutas sob o controle da lei, em combinação com um modelo robusto de cidadania republicana. Essa área de superposição entre Foucault e a Escola de Cambridge é um espaço bastante intrigante de problematizações e genealogias alternativas, conforme Jim Tully primeiramente mostrou.

Graham Burchell e eu escrevemos alguns textos nos anos 1980 e 1990 buscando explorar ressonâncias e interações entre as narrativas de governamentalidade e a tradição cívica de Maquiavel. O livro de Quentin Skinner, *Liberdade antes do liberalismo*, publicado no mesmo ano que o livro de Ivison, faz uma reverência respeitosa a Foucault ao mesmo tempo em que invoca suas próprias fontes de memória histórica para ressuscitar a demanda por um modelo de liberdade política, forte e esquecido, que o liberalismo traiu. O problema que vejo nas genealogias realizadas do modo apresentado nos livros de Skinner e Ivison é que elas, de certa forma, são propensas a funcionarem à maneira de Boulainvilliers, como um fundamentalismo antiquado e polêmico que, devido à sua abreviação da história, não relaciona sua mensagem missionária libertária a uma análise convincente do presente.

Para futuras genealogias da política

Durante sua vida, Foucault nos forneceu, creio, os elementos dessa análise, ainda que de forma incompleta. Parte dela precisa ser compreendida por intermédio das condições de suas intervenções e de seu pensamento, o qual acredito ter sido cada vez

29- *Textos do poder*, sem tradução para o português. (N. da T.)

30- *As políticas dos governados*, sem tradução para o português. (N. da T.)

31- *O eu em liberdade*, sem tradução para o português. (N. da T.)

mais informado e estimulado pelas demandas e experiências da ação pública.

Sabemos que ele deu alguns conselhos ao príncipe – ou a ministros e futuros ministros – em encontros pessoais, bem como a figuras governamentais e também a cidadãos comuns por meio dos canais públicos de interpelação e diálogo. Seu Boswell ou Diógenes Laércio pessoal, Claude Mauriac,³² registra em seus diários como Foucault duas vezes recusou convites para almoçar com presidentes devido a decisões sobre a pena de morte: seus comentários públicos dissecaram cirúrgicamente, em cada caso, os cálculos de oportunismo demagógico que decidiram entre vida e morte.

Ele interveio de vários modos para alertar, encorajar, objetar, advertir e instigar a reflexão. Sua carreira foi marcada por batalhas para manter independência em relação ao discurso público, inicialmente, como descreveu Daniel Defert, ao esquerdismo revolucionário organizado e, nos últimos anos, a um partido governamental que incluía alguns de seus amigos. Em entrevistas, fica evidente que Foucault por vezes manteve um silêncio estratégico, quando as chances de uma intervenção direta eram desfavoráveis.

O problema do partido político dizia respeito ao tema que ele explicitamente planejou trazer à tona em 1984: parece adequado supor que a questão que ele estava propenso a expor seria, ao menos em parte, relativa à maneira como as atividades e práticas dos partidos

32 - Ao citar Claude Mauriac, amigo de Foucault que o menciona em seus diários, o autor faz uma analogia bem-humorada com James Boswell (1740-1795) e Diógenes Laércio (200-250, data estimada), ambos biógrafos. (N. da T.)

políticos – com suas técnicas, posições políticas, posições de sujeito ilocutório e heranças combinadas das modalidades de discurso, existência e ação militante, missionária, pastoral e profética – funcionam em termos dos vários modos de relação com a verdade que ele havia tão cuidadosamente arrolado e diferenciado nos anos anteriores.

Parece que nos movemos, no decorrer da vida adulta de minha geração, de uma cultura política da ideologia para uma cultura política da demagogia, transformação esta que Foucault, com sua excepcional perspicácia habitual, havia detectado e começado a analisar em suas últimas aulas. De Platão e Plutarco a Erasmo, os filósofos costumavam – tal como ele descrevia – dar conselhos a governantes e outros clientes sobre como distinguir um bajulador de um amigo. Nosso problema hoje é como distinguir aquele que fala a verdade de um demagogo.

Ao menos no Reino Unido, o tema da crítica, da reforma ou da renovação da cultura política tem estado, ele próprio, sujeito a uma exploração demagógica, embora a recompensa que isso oferece possa ser, muitas vezes, mercedidamente efêmera. Nossos problemas de cultura política estão profundamente enredados em nossos problemas de cultura crítica, e tal conexão ainda necessita de um trabalho adicional. Para mim, essa poderia ser considerada uma mensagem fundamental do *efeito Foucault* em 2011. Penso que isso é o que Foucault via como o próximo item de sua agenda em 1984, e creio que, nos limites de nossa capacidade, há boas razões para que a questão ocupe um lugar de destaque em nossa agenda atual.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.

_____. Nationalism, identity and the logic of seriality. In: _____. **The spectre of comparisons**. London: Verso, 1998.

BAKER, Keith. A Foucauldian French revolution? In: GOLDSTEIN, Jan (Ed). **Foucault and the writing of history**. Oxford; Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994. p. 187-205.

BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Eds.) **The Foucault effect**: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CHATTERJEE, Partha. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.

DONALDSON, Peter S. **Machiavelli and mystery of state**. New York: Cambridge University Press, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Tradução de Eduardo Brandão.

IVISON, Duncan. **The self at liberty**: political argument and the arts of government. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

KELLEY, Donald R. **The beginning of ideology**: consciousness and society in the French Reformation. New York: Cambridge University Press, 1981.

SHAPIN, Steven. **A social history of truth**: civility and science in seventeenth-century England. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

STOLER, Ann. **Race and the education of desire**: Foucault's History of Sexuality and the colonial order of things. Durham: Duke University Press, 1995.

Recebido em: 19.09.2013

Aprovado em: 01.10.2013

Colin Gordon é graduado em Filosofia (Universidade de Londres), mestre em Filosofia (Universidade de Oxford) e responsável pela tradução e/ou edição em língua inglesa de vários trabalhos de Michel Foucault sobre o poder e a política. Notadamente, foi o editor da coletânea de ensaios e entrevistas de Michel Foucault intitulada *Power/Knowledge* (1980) e coeditou, com Graham Burchell e Peter Miller, o volume *The Foucault effect: studies on governmentality* (1991). Dedica-se principalmente a pensar sobre governo, cultura política e genealogia da política a fim de lançar luzes sobre aspectos do presente.